



MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATAÇÃO_CAB_COMP

Registo 4960
Proc. 300.10.005/602

AJUSTE DIRETO 25/2025 - CADERNO DE ENCARGOS

Índice

DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1 OBJETO	2
Cláusula 2 PREÇO BASE	2
Cláusula 3 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	2
Cláusula 4 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	3
Cláusula 5 ANÁLISE DE PROPOSTA:	3
Cláusula 6 PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA	3
Cláusula 7 OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	3
Cláusula 8 PROTEÇÃO DE DADOS	3
Cláusula 9 PREÇO CONTRATUAL	4
Cláusula 10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	4
Cláusula 11 INCUMPRIMENTO DO CONTRATO	4
Cláusula 12 FORO COMPETENTE	4
Cláusula 13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	4
DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 14 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1 OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objetivo principal a aquisição de serviços de Desinfestação de praga de caruncho da madeira - Museu Aberto, conforme especificações técnicas constantes deste caderno de encargos.

Cláusula 2 PREÇO BASE

1. O preço base do presente procedimento é de **7.461,00 € (sete mil quatrocentos e sessenta e um euros)** sendo este o preço máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
 - a) Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
 - b) Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 - c) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
2. O preço base do procedimento tem como fundamento a consulta preliminar efetuada ao mercado.

Cláusula 3 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número 1 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, sob pena das consequências previstas nos números 3 e 4 do artigo 378.º.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O órgão competente para a decisão de contratar, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 3, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender -se ao disposto no artigo 64.º.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 4 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente mantém a proposta apresentada pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Cláusula 5 ANÁLISE DE PROPOSTA:

Considera-se excluída a proposta que se encontre numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 6 PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução é de 30 dias contados a partir do dia seguinte ao da data da adjudicação.

Cláusula 7 OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário como obrigação principal, a execução dos serviços/bens constantes da Cláusula 1.ª deste caderno de encargos, bem como das suas especificações técnicas.

Cláusula 8 PROTEÇÃO DE DADOS

1. O adjudicatário obriga-se a aplicar o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
2. O adjudicatário obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade do Município de Campo Maior ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
3. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços do Município de Campo Maior a que tenha acesso na execução do contrato.
5. O adjudicatário garante que terceiros que envolva na execução dos serviços, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores, com especial enfoque na aplicação do RGPD.

Cláusula 9 PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante.

Cláusula 10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As faturas serão pagas, no prazo de 60 dias após a receção pelo adjudicante das mesmas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A fatura emitida deverá estar de acordo com o estipulado no artigo 36.º do CIVA.

Cláusula 11 INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

O incumprimento do contrato, tanto por facto imputável ao cocontratante ou à entidade adjudicante, rege-se nos termos do artigo 325.º e seguintes do CCP.

Cláusula 12 FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regido pela lei portuguesa, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Cláusula 14 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Características Técnicas

O tratamento indicado constitui na aplicação de nitrogénio, aos objetos, que estarão dentro de uma “bolha” selada, para que os insetos sejam eliminados por anoxia (falta de oxigénio). – Em anexo “Especificações – Inventário Museu Aberto”

Campo Maior, 12 de março de 2025

Por delegação de competências – despacho, datado de 15/10/2021

O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

(Dr. Carlos Manuel Cascalheira Rodrigues)